



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

A “PRINCESA DO TRABALHO:” O DISCURSO DE CIDADANIA E PROGRESSO EM MONTES CLAROS NOS ANOS 1950

Autores: ELISDAEL OLIVEIRA SANTOS;

Introdução

Considerando que no Brasil as noções de trabalho e trabalhador sofreram variações no percurso dos anos, passando de uma conotação negativa, desqualificadora à estatuto, condição para cidadania, a pesquisa busca identificar a repercussão dos benefícios da Legislação Trabalhista na cidade de Montes Claros no período de 1945 a 1964. Interessa-nos conhecer as classificações utilizadas pela imprensa no tocante ao trabalhador e apontar aspectos da infraestrutura da cidade no período. Para tanto, conceitos como Cultura Política (BERSTEIN, 1998) e Trabalhismo (GOMES, 2005) vêm sendo utilizados como aporte no sentido de problematizar as ações dos sujeitos e o papel dos “vetores” na veiculação de ideias e valores. De acordo com Serge Berstein (1998), são necessários vetores para que ocorra a difusão da cultura política, sendo que o jornal constitui um destes. No tocante ao conceito de trabalhismo formulado por Ângela de Castro Gomes (2005), este ampliou as possibilidades de interpretação visando compreender as relações estabelecidas entre os trabalhadores e seus representantes políticos diante das políticas sociais implementadas pelo governo, especialmente a Legislação Trabalhista. Para a autora supracitada, o acesso dos trabalhadores à cidadania no Brasil fora definida a partir da inserção no mundo produtivo, consistindo no gozo de direitos sociais sancionados por lei, um projeto articulado pelo Estado o qual ela denomina como “invenção do trabalhismo” ou “trabalhismo brasileiro.”

Material e métodos

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, sendo utilizado para o seu desenvolvimento fontes como a imprensa escrita, a saber: o Jornal Gazeta do Norte e Revista Montes Claros em Foco. Também, correspondências recebidas e expedidas pela Câmara Municipal de Montes Claros referentes aos anos de 1945 a 1964. Ressaltamos que entendemos o texto em sua dimensão sociocomunicativa (ANTUNES, 2010) e a imprensa como um vetor (BERSTEIN, 1998) que contribui para a socialização das ideias. De acordo com Berstein (1998), embora os vetores como a mídia, a família, a escola, o exército e o partido não procedam necessariamente por doutrinação e não exerçam influência exclusiva sobre o interlocutor, os temas, modelos, normas e modos de raciocínio por eles propagados repetidamente acabam sendo interiorizados, tornando o sujeito sensível à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos entendidos como convenientes. Para o trabalho com a imprensa adotamos como metodologia a sugestão de repertório de procedimentos de Cruz e Peixoto (2007).

Resultados e discussão

Na década de 1950, em virtude das comemorações do Centenário de emancipação político-administrativa de Montes Claros, repercutia na imprensa referências a uma cidade progressista, acolhedora, pacata, chegando a denominá-la “princesa do trabalho” dado o perfil do “povo laborioso, ordeiro, inteligente e hospitaleiro” (FONSECA, 1956, P.12). A alcunha de “Princesa/princesinha do Norte” fora criada pelo Jornal do Norte para identificar Montes Claros e foi utilizada em forma de paráfrase na reportagem veiculada pela Revista Montes Claros em Foco exaltando a propensão dos gestores e cidadãos para o trabalho e desenvolvimento local. Estas classificações utilizadas tanto na Revista Montes Claros em Foco quanto no jornal Gazeta do Norte não eram fortuitas e visavam desconstruir os estereótipos de “violência e anarquia” atribuídos aos Montesclarenses, já que no contexto da I República a cidade era vista como conflituosa devido às disputas dos agrupamentos políticos pela manutenção no poder. Assim, em meados de 1950, em virtude do entusiasmo característico do desenvolvimentismo dos anos Juscelino Kubitschek (PERERIRA, 2003), fez-se necessário difundir a ideia de uma cidade moderna e progressista construída pelo “trabalho honesto e profícuo de um povo grande, ordeiro e dos representantes políticos virtuosos” (FONSECA, 1956, P.12). É sabido que naquele contexto Montes Claros apresentava índice de analfabetismo em torno de 74, 63 % (PEREIRA, 2003), infra-estrutura precária no tocante a água, esgoto e energia elétrica, sendo recorrente o envio por moradores de abaixo-assinados à prefeitura, questionando a falta de providências e melhorias. Do mesmo modo, o trabalhador ordeiro idealizado nas páginas do jornal Gazeta do Norte e Revista Montes Claros em Foco, na realidade participava de associações/sindicatos, passeatas e buscava dentro das possibilidades requerer junto ao poder público direitos outrora assegurados pela Constituição e legislação trabalhista. Embora a legislação trabalhista fosse recente e a cidade não apresentasse um significativo parque industrial, pois sua economia era voltada para a agropecuária e comércio, aos poucos fora montada estrutura do Posto de Fiscalização do Trabalho a fim de expedir “Carteira Profissional de Trabalho” aos interessados, tornando-se posto



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas possibilitam afirmar que na cidade de Montes Claros a categoria trabalho/trabalhador adquiriu, especialmente ao longo dos anos 1950 a conotação de progresso associado à noção de que seu povo era ordeiro, laborioso e com mentes sãs. A classificação de ordeiro estaria no sentido de ressaltar qualidades dos cidadãos em contraponto à violência e desordem que antes o caracterizaria. Laborioso e com mentes sãs devido a propensão ao trabalho sem se seduzir pelo discurso comunista. Em certa medida, os vetores Gazeta do Norte e Revista Montes Claros em Foco buscavam ressaltar também as supostas virtudes dos representantes políticos, como a formação acadêmica e a predisposição à liderança. Contudo, quando fazemos contraponto entre as informações contidas nas fontes, inferimos que na tão progressista Montes Claros do período a infraestrutura básica era precaríssima faltando saneamento, abastecimento de água, energia elétrica, escolas suficientes para atender os filhos dos moradores e atendimento médico gratuito que contemplasse as reais necessidades da população. Assim, boa parte das correspondências e abaixo-assinados encaminhados à Câmara visavam requerer do poder público a resolução imediata desses problemas relegando as questões trabalhistas a segundo plano. Enfatizamos que tratam-se de conclusões parciais, uma vez que a pesquisa está em curso.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) que financia a presente pesquisa. Ao orientador Dr. Laurindo Mékie Pereira que acompanha o desenvolvimento da pesquisa, orientando e fazendo considerações pertinentes.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Irlandé. **Análise de Textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

APGÁUA, Guilherme. Revolução do Progresso - Montes Claros, a Princesa do Trabalho [Sic.]. In.: **Revista Montes Claros em Foco**, Agosto de 1956, Ano I, Nº 01, p. 35.

BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In: RIOUX, Jean Pierre. SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Estampa: Lisboa, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. Projeto História, São Paulo, nº 35, pp. 253-270. 2007. (Revista eletrônica).

FONSECA, José Monteiro. Montes Claros por dentro e por fora. In.: **Revista Montes Claros em Foco**. Agosto de 1956, Ano I, Nº 01, p. 35. p. 12.

GAZETA DO NORTE, Delegacia Regional do Trabalho. Posto de Fiscalização do Trabalho em Montes Claros. Ano XXXI, No 1179, Montes Claros/MG, Quinta-feira, 16 de Junho de 1949. P. 03.

GAZETA DO NORTE. Um Povo Ordeiro. Ano XXVI, Nº 2244, Montes Claros/MG, Domingo, 10 de Outubro de 1954, p. 01.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 3ª edição, 2005.

PEREIRA, Laurindo Mékie; OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. A invenção do 03 de Julho em Montes Claros. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 5 n. 1, 2003.